

ASSENTAMENTOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SOB UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA CONTRATUAL INCRA/UNIARA Nº100000/2010¹

Thauana Paiva de Souza Gomes
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Daniel Tadeu do Amaral
César Giordiano Gêmero
Daniele Torres Aro
Ana Flávia Flores
Silvani Silva
Oscar Frederico Acciolý Landamann

Resumo: Este trabalho apresenta parte dos indicadores sociais produzidos em Pesquisa estadual realizada em 2011-2012 pelo INCRA/UNIARA nos assentamentos do Estado de São Paulo. Este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento do perfil e das potencialidades de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. Para esta pesquisa dos 110 assentamentos do Estado foram selecionados 41 divididos em quatro regiões consideradas aqui não por critérios de proximidade ou afinidade geográfica ou econômica, mas pelos critérios determinados pelos escritórios regionais do INCRA. Além desta regionalização os critérios de seleção destes assentamentos seguiu número de famílias, tamanho dos lotes, idade de criação e categoria (projeto de Assentamento ou projeto de Desenvolvimento Sustentável). Neste trabalho pretende-se descrever uma breve caracterização particular da região Central identificando os pontos mais significativos levantados por esta pesquisa. Ao analisar os dados referentes desta região, foi possível verificar que os dados referentes ao Estado não refletem as características de cada região o que representa uma lacuna da compreensão de cada local, bem como, camufla a diversidade de dados de cada região. Pensando nestes contrapontos levantamos neste trabalho algumas lacunas e possibilidades desenvolvimento da região central de São Paulo a partir da pesquisa. Como resultados podemos salientar no que tange aos Programas Federais de comercialização destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, o PAA e a venda para Merenda escolar tornaram-se canais dos mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos. Podemos dizer ainda que estão sendo o coração da diversificação produtiva nos assentamentos justamente por conta da segurança que os assentados sentem neles. São contrapontos importantíssimos ao forte bloqueio do sistema de controles e poderes, reproduzido pela parceria dos assentados com as usinas de cana-de-açúcar, problema que marca todos os assentamentos desta região, seja pelas relações assimétricas das parcerias ou pela simples convivência em um entorno dominado pelo cultivo de cana.

Palavras-Chave: Assentamento Rural, Pesquisa Estadual, Desenvolvimento, Perspectivas.

¹ Trabalho realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA).

Introdução

A região Central do Estado caracteriza-se pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Como cobre uma vasta extensão territorial, subdividimos a região em microrregiões, de forma que a pesquisa cobriu assentamentos em Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. As microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara, por exemplo, são tratadas como a Califórnia Brasileira. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra.

A característica de luta pela Reforma Agrária nesta região se estabelece a partir do contraponto do agronegócio com a possibilidade dos assentamentos, protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial o MST). É possível identificar territorialmente a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos.

No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara onde se encontra a sede do sindicato a força do mesmo se torna maior que a do MST, neste caso específico, são os assentamentos de Araraquara, São Carlos e Descalvado.

Já nas cidades de Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga o MST (e outros movimentos) têm uma atuação mais intensa. A região de Colômbia se caracteriza pela pouca atuação tanto da FERAESP como do MST, tendo como histórico de luta a ação do INCRA e prefeitura local. Esse quadro se refere a uma diferenciação das microrregiões também quanto à direção política.

Para analisar o potencial de desenvolvimento dos assentamentos da região central propomos uma análise a partir da data de criação para verificar a diferença deste processo em assentamentos novos e antigos.

A amostragem desta região possui 7 assentamentos com um total de 1250 famílias, equivalente a cerca de 40% da amostragem. A tabela abaixo indica o agrupamento dos assentamentos novos e antigos:

Assentamentos antigos	Data de criação	Número de famílias
Araraquara	27/05/89	244
Piratininga	19/12/01	26

Iaras	16/09/98	332
Colômbia	10/11/98	58
Assentamentos novos	Data de criação	Número de famílias
PDS Descalvado	10/12/05	40
São Carlos	20/06/07	110
PDS Ribeirão Preto	21/08/09	440

Sabemos que o modelo produtivo estabelecido nos assentamentos desta macrorregião situou-se a partir do modelo tradicional de agricultura ligado ao perfil do agronegócio das cidades onde se localizam os assentamentos. Muitas vezes este envolvimento é tamanho que as terras do assentamento parecem, em algumas situações, extensões das próprias empresas agrícolas, como é o caso dos assentamentos Bela Vista e Zumbi dos Palmares.

No entanto, o potencial dos assentamentos pode ser desenvolvido não necessariamente vinculado à noção produtivista e ao modelo do agronegócio. Há outras perspectivas que vêm sendo estimuladas e serão analisadas no corpo do relatório.

A região, origem social das famílias, a luta pela terra, a atuação dos movimentos, o papel dos programas de segurança alimentar.

No caso do município de Araraquara, podemos visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha.

Região com forte densidade da agricultura modernizada, palco dos conhecidos complexos agroindustriais, há poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, o que não significa a inexistência de movimentos sociais com este caráter. Registros obtidos na grande imprensa em jornais alternativos e através de memórias sindicais dão conta da importante atuação política do Partido Comunista nesta região nas décadas de 50, 60 e 70. Atuação esta que por um lado, objetivava regulamentar a

legislação trabalhista e, de outro, lutar pela reforma agrária, dado o peso da concentração fundiária e o não cumprimento da função social da propriedade.

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Neste caso, como consequência, dentre outras, dos movimentos grevistas dos bóias-frias conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba. Os bóias-frias já reivindicavam, a partir da década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana geradores de uma intensiva exploração da força de trabalho, progressivo adoecimento, dentre outros.

Sofrendo a repressão aos seus movimentos grevistas, em muitos casos materializada em demissões e listas negras e orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, os bóias-frias dessa região e de outras passam, a partir da segunda metade da década de 80, de forma mais consistente, a reivindicar terra. Ocupações passam a ser frequentes em vários pontos do Estado e do País e, no plano institucional, o Estado Brasileiro, sob pressão dos movimentos sociais do campo, institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de críticas e de elogios.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o Itesp, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era, originalmente pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrade (que dá nome ao Horto). As dimensões deste

projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Além desses núcleos do Itesp, existe um projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e atualmente com 211 famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE e BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno sócio-econômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido

iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarianização rural (FERRANTE, 1992b). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária.

Nos anos 2008/2009, cláusulas firmadas entre INCRA, Usina Zanin e Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, envolvendo 50 famílias do projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro que solicitaram suspensão de parceria, buscam reparar a situação de assimetria de informações e de posições que tem caracterizado a integração dos assentados aos complexos agroindustriais. Cláusulas estas que, se obedecidas, poderão criar novo cenário em uma das regiões investigadas, pois determinam outro modelo de circulação de informação e fiscalização das operações – basicamente, agora, acompanhados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em ação comum com o INCRA e a Unicamp. Questão que vem sendo observada cuidadosamente no desenvolvimento de pesquisas feitas pelo Nupedor na região.

Em princípio, a usina ficaria autorizada pelo Incra a realizar todas as operações de colheita da cana-de-açúcar nos lotes do assentamento, tais como aceiros, corte de cana, carregamento e transporte, devendo utilizar seu pessoal e equipamentos, respeitando as normas ambientais, trabalhistas e as condições de maturação da cana-de-açúcar. Deve ser frisada a previsão dos custos das operações serem supridos com os

rendimentos da própria cana, o que poderá solucionar os problemas das dívidas e pendências que vêm sendo apresentadas aos assentados. Controvérsias e contrapontos têm acompanhado a parceria com as usinas produtoras de cana. Não se trata de discutir a cana em si mesmo, mas o sistema de poderes e controles que se submetem os assentados. Tanto é assim que a Feraesp vem, no presente, com outra proposta de parceria com a cana, assegurando a produção de cultivos diversos da cana e sem transgredir a autonomia dos assentados, o que recoloca a relação dos assentamentos com a cana.

Momentos de impotência, de ressurgimento da esperança – com a perspectiva de uma usina de óleos essenciais, da fábrica de rapadura, do açúcar mascavo, da farinha – alternam-se no cotidiano do assentamento, a exigir continuada observação desse movimento.

Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos. Entretanto, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos camponês* continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação que em nenhum momento foram dissolvidas com a integração nas parcerias.

O lugar das pequenas propriedades no espaço dos canaviais

Estão dentro deste recorte das pequenas propriedades, produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, destacando-se o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece a maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Este peso de propriedades rurais assentadas é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região. Estabeleceu-se, como já referido, a partir do contraponto do agronegócio e protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP, responsável pelo início da luta pela terra na microrregião de Araraquara), ora aos movimentos sociais (em especial o MST), com tradição na microrregião de Ribeirão Preto.

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais que permanecem à beira dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente, ou de forma mais arrasadora, os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste sentido, ao pensarmos em desenvolvimento regional como um território expressão de uma trama de tensões e conflitos é preciso entender que o mesmo se estabelece nas lutas que são travadas em torno desse ambiente construído socialmente. Trata-se, portanto, de uma concepção de região que vai além do espaço geográfico mais próximo e envolve uma nova forma de organização, perceptível a partir da atuação de atores locais (FERRANTE, 2011).

Assim, ao trabalharmos com as políticas de desenvolvimento, apoio à distribuição de renda e às políticas públicas de segurança alimentar por meio dos programas da CONAB como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE é preciso esclarecer o papel fundamental das mesmas para o desenvolvimento dos assentamentos.

Na região de Araraquara em especial, por predominar o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, estes programas estão tornando-se um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos (FERRANTE, 2009).

No entanto, as políticas de segurança alimentar têm permitido, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, a diversificação das áreas agrícolas passa a ser referência para estratégias alternativas de desenvolvimento rural que foge àquelas convencionais e que se baseiam em relação ao rol do que é comumente encontrado (como monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.).

A este respeito, Ferrante (2011) destaca que estas “novas” estratégias de diversificação podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender

da comercialização de um único produto agrícola ou de um único canal de produzi-lo; além disso, a agricultura praticada se volta para características mais tradicionais e sustentáveis, baseadas no uso dos recursos disponíveis localmente. Certamente, estes são pontos que certamente podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios, em como fazer para agir e se movimentar, sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes relacionado ao agronegócio.

Daí a perspectiva de uma articulação entre as dimensões territorial / local e a segurança alimentar, justamente porque o desenho e a implantação de programas de desenvolvimento no Brasil e em outros países da América Latina voltados à diluição da pobreza têm levado em conta a questão da alimentação como eixo condutor das ações governamentais.

Neste caso entendemos que, em um primeiro nível, a segurança alimentar de uma população tem que levar em conta a sua sustentabilidade por meio de projetos que apontem portas de saída e, ao mesmo tempo, indiquem elementos em termos de organização que possam ser incorporados e reproduzidos por outros grupos em situação de risco. E, em um segundo nível, dada à interpenetração das realidades urbana e rural, as ações que hoje estão sendo desencadeadas nos espaços territoriais influenciam diretamente variáveis, como a ocupação e renda da população como um todo (ALMEIDA, 2009 e PAULILLO, 2010).

Neste sentido podemos salientar o quanto as potencialidades da região de Araraquara têm a oferecer quanto à diversificação e segurança alimentar tanto local quanto regionalmente.

Entraves e potencialidades do perfil dos assentamentos da região de Araraquara.

No que tange aos Programas Federais de comercialização destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, o PAA e a venda para Merenda escolar tornaram-se canais dos mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos. Podemos dizer ainda que estão sendo o coração da diversificação produtiva nos assentamentos justamente por conta da segurança que os assentados sentem neles. São contrapontos importantíssimos ao forte bloqueio do sistema de controles e poderes, reproduzido pela parceria dos assentados com as usinas de cana-de-açúcar, problema que marca todos os assentamentos desta

região, seja pelas relações assimétricas das parcerias ou pela simples convivência em um entorno dominado pelo cultivo de cana.

No entanto, um entrave que pode romper esta confiabilidade e provocar uma ruptura no processo de diversificação nos assentamentos são as questões relativas à irregularidade das associações repassarem o dinheiro para os assentados. Em inúmeros depoimentos a pesquisa INCRA/UNIARA 2011 demonstrou que as associações locais desviavam o dinheiro vindo do pagamento do PAA ou da Merenda e os assentados chegaram até a ficar 14 meses sem receber. Um dos depoimentos registrados com um diretor de associação do assentamento informou que o repasse da verba se dava em 15 dias após a entrega a associação deveria repassar o dinheiro para os assentados, neste caso ele mesmo depositava na conta dos produtores.

É importante que em outros casos os assentados não conseguem entregar para o PAA porque sua cota já foi encerrada ou porque a prefeitura local tem uma oferta muito grande, isto é comum em cidades pequenas que possuem um grande número de pequenos produtores ou assentados. Em outros casos ainda, a boa vontade local, para compra especialmente para merenda pode integrar fortemente os assentamentos ou isolá-los cada vez mais. Neste caso, algumas prefeituras fazem exigências absurdas sobre o produto dos assentados como padronização do peso, do tamanho ou até a certificação de orgânico dos produtos.

A Gestão Política Local Face aos Entraves

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE; BARONE, 1997/98) – o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (NEVES, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal?

Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas ainda é marcante na cultura política. A isso, no entanto soma-se um boom participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara, pelos mecanismos do orçamento participativo, principalmente. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

O caso dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara se mostra particularmente interessante, porque apresenta um conjunto de iniciativas que, ao mesmo tempo em que estão sendo defendidas nacionalmente como alternativas para o avanço da segurança alimentar, ainda podem significar o embrião de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos para além das parcerias. Nesse município, como uma forma de contemplar a produção dos assentados na agenda de governo local, foram desenvolvidas parcerias institucionais com o Governo Federal, nas quais o PAA (iniciativa proposta pelo governo federal) surge atrelado a outros programas, que são de iniciativa do governo local. Como exemplo desse ajuste, observamos que o convênio do PAA tem seu primeiro repasse de verbas apenas em 2004. Anteriormente a esta data, no entanto, já existiam, em Araraquara, iniciativas de escoamento dos produtos de agricultores familiares e assentados, como a Feira no espaço da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara.

A articulação do PAA com a merenda escolar, especialmente para a exigência de 30% da merenda serem oriundos da produção familiar regional – ainda não se viabilizou em Araraquara, embora apresente significativos avanços em São Carlos. Em Araraquara, a atual gestão municipal iniciada em 2009 vem tendo posições que podem ameaçar a continuidade dos avanços contidos nos programas acima elencados. Constata-se um certo distanciamento das agendas municipais dos problemas e perspectivas dos assentamentos quando muda a orientação político/partidária dos governos (isso aconteceu em Araraquara, mas podemos dizer que São Carlos avançou. Em Araraquara retrocessos no caso da merenda - que vem sendo fornecida enlatada nos próprios assentamentos mesclam-se a uma abrupta substituição do projeto político pedagógico das escolas afinadas à Educação do Campo a um programa SESI, cujo eixo exclusivamente urbanocêntrico tem mostrado bloqueios, expressos principalmente na desqualificação e descaracterização da realidade dos assentamentos rurais.

Entraves estes superados com a boa vontade e união de algumas prefeituras e INCRA. Como exemplo, citamos o assentamento de Itapetininga, que a prefeitura atua

fortemente no assentamento oferecendo cursos de capacitação para os assentados e instalou um refrador para a produção de queijos. A família que cuida do mesmo entregava até dois meses atrás queijos para os Programas citados, algo incomum que é digno de ser valorizado. Como a prefeitura sabe a procedência do queijo e a qualidade não exigiu dos produtores a certificação.

Neste sentido é possível perceber que nos assentamentos em que o tempo de execução das políticas públicas foi realizado de forma mais ágil, o desenvolvimento social e produtivo vem acontecendo mais rapidamente e a integração com as cidades é mais intensa. Este fato se dá porque os assentados deixam de ser vistos como “sem terra” e passam a ser reconhecidos como consumidores e produtores rurais.

Na maioria dos assentamentos que não receberam os créditos básicos como os fomentos, habitação, PRONAF ou se quer possuem infra-estrutura básica como água e luz, o processo de desenvolvimento social e produtivo fica truncado.

Aplicação da Política Pública: Tempos Diferentes

De forma genérica podemos dizer que a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas à infra-estrutura principalmente em assentamentos novos tem sido muito mais rápida como é o caso do crédito habitação e primeiros fomentos. Neste caso específico é necessário salientar que o assentamento Nova São Carlos ainda não recebeu nenhum tipo de crédito e fomento. Já em termos de infraestrutura básica como água, posto de saúde e escola é muito lento ou não tem acontecido. O acesso a condições básicas não existe em 4 das 6 microrregiões visitadas. Falta acesso à água, em alguns, a luz (especificamente em São Carlos e em Iaras nos núcleos mais novos). Neste caso, como podemos falar em desenvolver os assentamentos produtivamente, sem dar as condições básicas de vida para os assentados.

Quando falamos de escola e posto de saúde, a ocorrência dos mesmos se faz apenas nos assentamentos antigos que no caso são apenas dois (das cidades de Ararquara e Iaras). O que temos percebido é que houve um avanço nas políticas públicas voltadas para assentados como o PAA a Merenda Escolar, o aumento dos números de assentamentos no estado de São Paulo. Mas em relação à infra-estrutura, especialmente as questões de educação e saúde, no caso específico da região central, ficaram em segundo plano.

Mas é importante salientar que o crédito moradia chegou a quase todos os assentamentos desta área, mas muitos receberam apenas a primeira parcela e não conseguiram terminar as casas.

Em todos os assentamentos visitados, a questão da assistência técnica foi apontada como uma atividade apenas burocrática, no sentido que do papel do técnico de campo deixar de ser presente nos lotes. Há uma forte demanda pela assistência no lote, mas as visitas e os acompanhamentos acabam se restringindo apenas às papeladas e assinaturas para projetos de financiamentos. Talvez a maior crítica em relação à assistência técnica está no fato do distanciamento dos funcionários do campo, a última gestão priorizou mais a execução das atividades que exigiam mais as atividades de escritório deixando de lado a atividade direta no lote. E o fato dos assentados não acompanharem de perto o trabalho deste funcionário, acabam entendendo que não há, ou existe pouca assistência técnica pela invisibilidade imediata das ações destes técnicos.

Quadro de Políticas Públicas

Políticas Públicas	Assentamentos Velhos	Assentamentos Novos	
Infraestrutura Secundária- escolas e postos de Saúde	Possuem ou estão em fase de acabamento	Não foi verificado avanço nestas estruturas	
Políticas de comercialização	PAA/ Merenda Muito significativo	PAA/ Merenda Muito significativo	
Entrave grave	Problemas com associações e repasse de verba	Problemas com associações e repasse de verba	
Fomentos iniciais	Acesso não rápido	Acesso muito rápido, em alguns casos os assentados ainda não estavam no lote e receberam o primeiro fomento.	
Fomento Mulher	Acesso não significativo	Acesso significativo	

Crédito habitação	Acessaram mais tarde	Acesso muito rápido – da primeira parcela	Exceção PA Nova São Carlos
Entrave		A maioria dos assentados não terminou a casa porque não recebeu a segunda parcela. A compra do material de construção mostrou problemas e irregularidades.	
Créditos produtivo/aplicação lote, outros	Acessaram mais tarde	Não acessaram	
Entrave		Burocracia para o acesso aos PRONAFs	
Condições básicas Luz	Acesso moderado	Acesso muito rápido	Com exceção de PA Nova São Carlos
Água	Acesso com problema	Grande entrave ao desenvolvimento dos assentamentos	
Lazer e Cultura	Grande demanda dos assentados, inclusive como indicativo para o futuro dos filhos. Tem campos de futebol na escola.	Grande demanda dos assentados, inclusive como indicativo para o futuro dos filhos	

Perspectivas de Futuro: um Itinerário de Questões

Os assentamentos têm se desenvolvido a reboque das políticas públicas que muitas vezes dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para mulheres, jovens e produção. Há uma repetição e não uma especialização regional local individual dos lotes, a política pública é sempre trabalhada a partir da generalização e não das especificidades locais. A assistência técnica muitas vezes é criticada porque está colada a políticas públicas de

desenvolvimento que não dão conta da diversidade. Seria necessário investir em caminhos possíveis para se pensar o desenvolvimento a partir de uma sugestão de assistência técnica, de acompanhamento mais sério das associações dos assentamentos para não ter problemas de desvio de verbas do PAA, Merenda ou da Madeira, fomentar o desenvolvimento a partir das associações e infra-estrutura local como padarias, laticínios, tanques de leite e capacitação. Justamente, para que os assentados se tornem menos vulneráveis às instituições públicas que, de um lado, pensam a Reforma Agrária não a partir do olhar do assentado, mas com o olhar de um gestor e, de outro, as empresas privadas, que pelo vazio de atuação do Estado nos assentamentos, sentem-se livres para atuar como extensão da terra de suas áreas, como o caso do agronegócio.

A horticultura é o cultivo mais forte nos assentamentos da região. O PAA é o que dá mais garantia de renda. A produção animal também aparece com grande destaque na região Araraquara, principalmente pequenos animais (aves e suínos) e a produção de leite. Como exemplo, podemos citar os assentados que afirmam que: “o leite e os derivados são ótimas fontes de renda”. Geralmente as mulheres fazem queijo e entregam para a merenda. Por outro lado, “a esposa gosta de criar porcos e garante uma boa renda deste tipo de criação”. Apareceu ainda o relato de experiências de criação de peixes, no assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras, que um dos entrevistados cavou dois tanques e cria tilápia, tendo uma renda extra com a venda dos peixes para um pesque-pague da região e a perspectiva de comercializar a produção com valor agregado.

De maneira geral os assentados beneficiam os produtos artesanalmente e em casa, do gênero alimentício destaca-se a produção de derivados do leite, como doces, e queijos, na maioria das vezes comercializada através de venda direta aos próprios assentados, mas também houve relato de entrega de doces de leite para creches da cidade. Outros produtos observados foram: polvilho de mandioca, beneficiamento da cana-de-açúcar em melaço, rapadura e caldo de cana, e beneficiamento de arroz. Com relação às atividades não agrícolas merecem destaque alguns lotes que possuem bar e mercearia, mulheres que produzem artesanato, pintura em panos de prato e também a venda de outros produtos como da Avon e Natura.

Tendo em vista o sistema produtivo, a maioria dos entrevistados disse que a alimentação melhorou porque produzem muita coisa e no assentamento tem fartura e diversificação. Houve um assentado que declarou que não passa mais fome. Outros

afirmam que agora sabem o que estão comendo, há acesso a produtos frescos e, por isso, de maior qualidade, como verduras, legumes e leite.

Alguns assentados que disseram que não melhorou pela entrada recente no lote, ainda moram no barraco de lona e não tiveram acesso aos créditos para iniciar as produções e melhorar a condição de vida. Outros relataram que mesmo no acampamento já criavam galinhas, possuíam horta e gado de leite, por isso a alimentação sempre foi boa desde que chegaram. Em um caso específico, na fazenda da Barra, o assentado disse que o tamanho do lote é muito pequeno e por isso não tem condições de plantar uma grande quantidade de culturas e não é possível diversificar a produção e conseqüentemente sua alimentação.

Com relação aos programas PAA e PNAE, são considerados muito significativos, mas os pagamentos atrasam demais. Para alguns, a CONAB está atrasando o pagamento e tal atraso é devido às mudanças no governo Dilma. Também há os que recebem mensalmente da associação e outros ficam até 8 meses sem receber da associação. Dos que mencionaram que o atraso se deu em função das próprias associações ou cooperativas, alguns acham que os dirigentes podem usar o dinheiro em benefício próprio ou do movimento social. Mas, acham também que através da associação é a melhor forma das prefeituras comprarem dos assentados.

Já com relação às prefeituras, a prefeitura de São Carlos é uma das mais elogiadas, atrasou somente uma vez o pagamento. Os assentados acham que as prefeituras, em geral, estão aumentando o número de pessoas que participam dos programas. Em suma, o programa tem continuidade porém está demorando muito para pagar. O ideal é que o pagamento seja feito com regularidade.

Com relação à participação dos assentados em cooperativas e associações, a grande maioria disse participar para organizar a comercialização. Através das cooperativas e associações o escoamento da produção é facilitado, principalmente para inserção dos produtores nos programas de aquisição de alimentos (PAA) e Merenda Escolar. Outra resposta que apareceu com maior frequência foi para ajudar no desenvolvimento dos assentamentos, com isso, podemos notar a grande importância do trabalho em grupo e organização das famílias para desenvolver todo processo produtivo e administrativo da comunidade.

Através da interpretação dos dados qualitativos referente ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos é possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem

voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no setor industrial das cidades. Entre os que moram junto, a grande maioria espera para o futuro deles que continuem vivendo e trabalhando no lote. Outro dado que chama atenção é que todos os entrevistados que moram com os filhos gostariam que eles ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Diversas falas de assentados relatam a vontade e desejo dos pais sobre a permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e dêem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. A questão da educação, do esporte e lazer foram uma das maiores reivindicações dos pais. Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café, etc. Outra informação que merece destaque é com relação a formação dos filhos, muitos esperam que eles vão estudar fora, cursar uma faculdade, colégio técnico nas áreas ligadas as ciências agrárias e voltem com a teoria para morar e trabalhar no lote. Como exemplo podemos citar a visão de um dos assentados: “é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro”.

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: “tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com 1 alqueire. Outra fala relevante foi de um senhor que disse: “porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida”;

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiência a renda para fixar os jovens no assentamento e não procurarem empregos nos centros urbanos, onde há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência atribui-se a demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma senhora: é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades.

O futuro do assentamento segundo a maioria das respostas depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização do atores envolvidos nesse processo. Dentre os comentários que merece destaque estão:

- A política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser minimizada a dependência do INCRA.
- O futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas;
- Uma política mais direcionada que atenda os pequenos agricultores e assentados;
- Selecionar melhor os assentados com aptidão com o trabalho rural.

Outros assentados acreditam que o assentamento depende para desenvolver de produção. Inclusive há um relato de um assentado (Adilson) do PDS Sepé Tiaraju (Serrana e Serra Azul) que após serem assentados não há demanda de mais nada para o assentamento que não tenha haver com a produção direta ou indiretamente, os outros serviços são secundários, pois “produzindo você aprende muito mais do que em cursos, e tendo cabeça, transforma em incentivos próprios”. Outras declarações relevantes:

- A grande maioria demandou serviços de infra-estrutura básica para produção; e
- No assentamento Nova São Carlos (Visitas realizadas fora da amostragem), a demanda direciona-se ao desenvolvimento da produção através da retirada dos tocos, onde os cultivos são esparsos e escassos devido aos tocos de *pinus* embargados que dificultam qualquer outro cultivo vegetal. E também ao incentivo para pecuária leiteira.

Outro importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros, sendo que as seguintes demandas:

- O crédito não sai no momento, há muito atraso;
- Fomentos a rendas não agrícolas, houve destaque para o financiamento para artesanato

Outro enfoque agrupado foi a necessidade de infra-estrutura e serviços públicos de qualidade, como as apontadas a seguir:

- Melhores condições de estradas;

- Acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que beneficia a população rural, em especial os produtores rurais, pois assegura num projeto previsto atingir a lógica dessa categoria; e
- Serviços públicos no geral, destacando; saúde, transporte coletivo, e educação.

Por fim, há 3 assentados que opinaram que o futuro do assentamento depende dos jovens darem continuidade a reforma agrária e a vivência no assentamento. Alguns comentários nesse sentido estão relacionados aos incentivos para os mesmos permanecerem no assentamento, mais a maioria dos argumentos são atribuídos à infraestrutura básica para educação já citado em declarações acima, sem menção específica aos jovens.